

TEMPO E MODERNIDADE

ULPIANO T. BEZERRA DE MENESES

Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo

O tema que me foi proposto é, ao mesmo tempo, fascinante e arriscado. Fascinante, pois a questão do tempo está no cerne da problemática da modernidade. Arriscado por causa, precisamente, dessa amplitude, que exigiria um domínio de vários campos. Por isso mesmo, vejo-me obrigado a propor alguns cortes, para assegurar um tratamento consistente e ajustado a minhas possibilidades.

Começo por salientar que o modernismo tem sido visto, precisamente, como uma certa maneira de experimentar o tempo - e, obviamente, também o espaço. A coletânea organizada por Friedland e Boden (1994) se centra nesse foco: espaço, tempo e modernidade. Conviria apontar algumas posições a respeito.

Para Marshall Berman (1986), por exemplo, a modernidade se caracteriza como uma nova lógica, que responde à crise de nossa experiência tradicional do espaço e do tempo, passando as categorias espaciais a dominar as temporais, como na difusão da escrita e da imagem em geral (a escrita chegou a ser ilustrada como um desfile, uma procissão, seqüência de letras que se ordenam espacialmente). Daí a nostalgia das artes, que aspiram à condição da música, pois ela se realiza no tempo. Mas, com a modernidade, a superimposição da cultura eletrônica pela cultura tipográfica, como observou Donald Lowe (1982:11-2), acompanhada, por via de conseqüência, pela "extrapolation of sight and sound, has rocked the belief that analytical reason could develop connections within objective space and time. Instead, space and time are no longer the absolute framework of perception, but themselves have become mere functions within a system. In place of development-in-time, the new epistemic order is

founded upon the synchronic system of binary oppositions and of differences without identity".¹

As considerações sobre uma desestabilização do espaço e do tempo nem sempre representam a hierarquização definitiva de um pelo outro. No entanto, a hierarquia do tempo é que parece predominar. Assim, desde a década de 60 Marshall MacLuhan havia percebido, em sua aldeia global, a velocidade da comunicação anulando o espaço pelo tempo. Por seu lado, a 'dromologia' de Paul Virilio (1996) procura explicar a idéia de 'corrida', a lógica da velocidade que se sobrepõe a tudo mais.

Já Anthony Giddens (1991) empenha-se em caracterizar, na modernidade, a mutação de sentido do tempo/espaço, referindo-se à universalização, à integração do tempo e do espaço às atividades do dia a dia de cada um, até seu esvaziamento, como categorias separadas uma da outra enquanto dimensões distintas da existência: as categorias kantianas haviam assinalado esse esvaziamento do tempo e do espaço, mas é na modernidade que elas passam a funcionar como um meio de organizar seu dinamismo institucional.

Jameson (1991) prefere outros caminhos. Tomando modernidade como qualidade da vida moderna, que acarretou um sentido da descontinuidade do tempo e de rompimento com a tradição, o sentimento de novidade e sensibilidade para com a natureza contingente, efêmera e fugaz do presente, registra a transformação da realidade em imagens e a fragmentação do tempo numa série de presentes perpétuos (lembre-se que ele está preo-

¹ LOWIE, Donald, **History of the bourgeois perception**. Brighton: The Harvester Pess, 1982:11-12.

cupado com a passagem do modernismo para o pós-modernismo).

No entanto, não é pretensão minha percorrer, por conta própria, este caminho já tão trilhado, sistematizar seus resultados e submetê-los a uma reflexão pessoal. Prefiro, antes, selecionar alguns eixos de reflexão, procedendo a cortes bem delimitados e que caracterizam situações, a meu ver, sintomáticas e tipificadoras de como, na sociedade em que vivemos, dominam certas representações e práticas de tempo.

Doutra parte, devo também esclarecer que não acredito necessário estabelecer balizas para distinguir modernidade, modernismo, pós-modernismo, etc. Se falei, há pouco, de 'sociedade em que vivemos', é porque, embora reconhecendo cortes e descontinuidades de amplas implicações, não julgo que alterem substancialmente o horizonte das reflexões aqui propostas. Por isso, não me compete, por exemplo situar a modernidade desde o Renascimento, ou então desde o séc. XVIII, ou com a emergência do capitalismo, a formação dos estados-nação burocráticos, ou o industrialismo. Ou privilegiar a lógica cultural do que muitos consideram a terceira grande etapa (a do capitalismo tardio, após a II Guerra Mundial, e a fragmentação esquizóide que ele implica), ou tomar como referência um certo estado de espírito, um modo de ser, ou a manifestação de efeitos da globalização, etc., etc.

Os eixos anunciados, portanto, não ignoram tais questões que, entretanto, permanecerão apenas latentes, a fim de facilitar seu exame, no quadro disponível. Referem-se eles a situações-tipo. Por certo tais situações não dispõem de autonomia, mas existem interdependentes, imbricadas em um tecido que as engloba e aqui se encontram delimitadas somente para fins de análise. No intuito de melhor aclarar as questões em causa, ocorreu-me fornecer, para cada situação-tipo, uma *imagem-guia*.

TEMPO E PERCEPÇÃO

A primeira imagem-guia vem das Olimpíadas de Atlanta e foi largamente divulgada, seja pela televisão, seja pela imprensa escrita². No dia 23 de junho de 1996, a largada da prova dos 200m rasos, foi três vezes 'queimada' por concorrentes, obrigando a sucessivos recomeços. Nada que o olho humano pudesse detectar, mas uma fração infinitesimal de tempo, que o controle eletrônico assinalava com segurança. O vencedor da prova, Michael Johnson, novo colosso do atletismo mundial, superou seu adversário imediato por 6 (seis) centésimos de segundo, com um tempo de 19 segundos e 66 centésimos - o que significava, igualmente, a quebra, por 6 centésimos, do recorde olímpico estabelecido por Pietro Mennea 17 anos antes. Por maior que fosse a atenção do observador e mesmo no caso da repetição reiterada da mesma cena, em tempo real, era impossível perceber visualmente o resultado. Com efeito, um movimento tão rápido como abrir e fechar as pálpebras dura 30 centésimos de segundo, portanto cinco vezes mais que o intervalo temporal que definiu a vitória da corrida. Outros parâmetros ajudam a compreender a falência total de nossos sentidos para estabelecer julgamento e critérios: a reação do atleta ao tiro de largada está calculada em 0,008s. Tais escalas justificam investimentos tecnológicos como a depilação integral do corpo, na natação, para evitar redução de velocidade, ou a obtenção de fibras especiais de colantes, ou o revestimento das pistas de corrida com materiais sintéticos que tornam menor a taxa de absorção do impacto, e assim por diante.

Estamos verdadeiramente diante daquilo que Paul Virilio denominou de *estética do desaparecimento*. Falando da televisão por satélite, das telecomunicações, e registrando a instantaneidade da transmissão, de qualquer ponto do planeta, de uma mensagem que, assim, amplia o espaço por meio do tempo, ele

² Ver, por exemplo, a matéria Vitória sobre o tempo, Isto é, Especial Olimpíadas, Rio: p.16 ss., 10 jul. 1996.

se preocupa com as conseqüências culturais do suposto desaparecimento do tempo e espaço como dimensões materializadas e tangíveis da vida social: haveria, por assim dizer, uma abolição do tempo e do espaço como categorias experimentais. Esta perda de concretude, da opacidade, da resistência, introduz por certo graves perigos no campo das relações sociais. A intercambiabilidade, a fungibilidade das coisas, pessoas, formas de sociabilidade, etc., reforçam a manipulabilidade e favorecem as hegemonias. O mercado, que tende a deslocar seus polos da singularidade para a homogeneização abstrata, necessita de tais processos e os reforça.

O mundo dos museus exemplifica a sedução e os riscos que essa supressão existencial das categorias espaço-temporais acarreta com a introdução acrítica e preguiçosamente acomodada da realidade virtual: coleções virtuais, visitas virtuais. A eletrônica e, em particular, a imagem virtual, é claro que teriam no museu um potencial extraordinariamente enriquecedor. O problema surge a partir do momento em que, pela incapacidade de enfrentar as coisas materiais (o que seria, em última análise, a responsabilidade específica do museu), toma-se a imagem virtual como *substituta* do universo físico, sensorialmente apreensível. Se o simulacro é a cópia perfeita de um original que nunca existiu, a imagem virtual vai além, ao transformá-lo num objeto de percepção simulando o próprio processo da percepção.

Esta fungibilidade de tempo e espaço e a presença cada vez mais alargada do simulacro, indicam que novas estruturas perceptivas estão sendo geradas. A percepção, como se sabe, não é um fenômeno meramente natural, ou melhor dizendo, que possa ser definido apenas dentro das fronteiras do biológico. As estruturas perceptivas não são nem universais, nem atemporais. São variáveis e socio-culturalmente instituídas. Donald Lowe (1982), por exemplo, mostra tal historicidade, ao procurar fazer uma história da percepção burguesa.

A atomização da imagem, a descontinuidade extrema da percepção, que se dispõe como nos efêmeros arranjos do caleidoscópio, não representam, por si, um bem ou um mal. Representam situação evidente de transformação, para a qual, absolutamente não estamos preparados. Se as estruturas perceptivas são instituídas e não geneticamente produzidas, quais os processos de enculturação, qual a educação perceptiva, quais os recursos a nosso dispor para assumir controle dos processos perceptivos a que estamos sendo submetidos? É assustador perceber que, entre nós, “televisão na escola” significa ainda o uso de um aparelho para fazer circular imagens, quando deveria ser um objeto de conhecimento ela própria (sua produção, em todas as dimensões, seus efeitos, etc.), e ocasião de formação crítica, pois assumiu um lugar central nas nossas existências, dentro e fora da escola (FERGUSON, 1992).

TEMPO REAL E CONHECIMENTO

A imagem-guia pode ser, para nossos objetivos, a de um jornal televisivo do gênero **Aqui e agora** (SBT) e de todos os processos baseados na informação ‘ao vivo’, em tempo real. O núcleo característico do processo é a coincidência entre a imagem e seu referente, como se o acontecimento pudesse ter em si sua própria identidade e se apresentasse já circunscrito, delimitado, pronto para ser iconicamente ‘comunicado’ aos telespectadores e outros consumidores. É salutar lembrar-se, aqui, de um conto de Jorge Luís Borges (Del rigor en la ciencia, em **El hacedor**) para se perceber a inocuidade e descalabro desta pretensão: no conto, os cartógrafos do rei discutem longamente qual a melhor escala para dar conta cientificamente da representação do reino, em todas as suas minúcias e em toda a sua verdade. A escolha da escala natural, sem qualquer abstração, acaba, naturalmente, por impedir qualquer conhecimento. O próprio Borges traz à luz, em outro conto, na história

de Funes, o memorioso (em **Ficciones**), como a impossibilidade de esquecer (a aderência pura e simples ao empírico), o mero registro rigoroso e exaustivo do real concreto terminam provocando a perda da condição humana do protagonista, incapaz de filtrar suas percepções. Pensar exige esquecimento, isto é, eliminação, abstração, seleção.

A instantaneidade na transmissão da imagem gera a ilusão (explorada até a exaustão) de conhecimento de um fato. A Guerra do Golfo com seu suporte televisivo deixou clara a tessitura desta ilusão, na comunicação de massa, em que a imagem se nega como representação, aspirando o *status* de acontecimento. Estamos cada vez mais imersos num mundo de imagem sem referentes (NEIVA: 1993), de eventos criados ou organizados para se transformarem em imagens: assim, o aperto de mãos de Rabin e Arafat, dezenas de vezes repetido diante da imprensa, ou a troca das alianças, nas cerimônias de casamento, exigidas pelo registro dos fotógrafos e videocâmeras. São os pseudo-eventos de que fala Boorstin (1992). No telejornal assim concebido tem-se o paroxismo da estratégia de naturalização da imagem: já não mais uma construção humana, mas algo espontâneo, que não poderia deixar de ser como é. A imagem tremida (o câmera está acompanhando a batida policial morro acima, enquanto ela ocorre) e a voz ofegante do locutor (que narra os acontecimentos à medida que eles vão-se desenrolando diante do olho da câmera, fielmente duplicado pelo do telespectador), tudo isso constitui penhor de verdade, garantia de realidade, *porque visível*. A coincidência temporal entre o acontecido e sua apreensão visual funde fato e comunicação. A apresentação do processo de produção da imagem, com essa trepidação e essa voz ofegante, transmitidas sem edição e sem 'correções' e acréscimos, termina, paradoxalmente, por mascarar a imagem como produto. Arbitrariamente, assim, ela usurpa, nessas contingências todas, o *status* do necessário. Tudo isso configura um contexto em que a memória não pode subsistir, em que a amnésia é que se impõe. No fim

das contas, como acentua Régis Debray (1992), a fetichização do instante, do imediato elimina as continuidades explicativas, o signo se transmuta em mero sinal e a hiperinformação redundante em desinformação.

Fetichização, reificação, é bom lembrar, com Adorno e Horkheimer, é sempre uma forma de esquecimento.

Ora, a compreensão, o entendimento, a análise, o conhecimento, exigem memória. Exigem distanciamento, intervalo, aquele adiantamento (*différance*) proposto por Derrida. Acredito valer a pena apelar para uma comparação com o que às vezes se tem dito da escrita, apresentada como realidade fixa, que estanca, imobiliza o fluxo do discurso na sua temporalidade (a espacialização acima mencionada) e que deveria ser preterida por formas 'vivas' e ativas de manifestações apreensíveis na simultaneidade de sua ocorrência. Mas é precisamente esta não simultaneidade da escrita que torna possível uma ampliação espaço-temporal indispensável para a análise. Nas sociedades orais, a coincidência entre comunicação e produção de memória impedia ou dificultava o juízo crítico, concentrando a credibilidade do que se dizia na credibilidade de quem falava. Era, portanto, a autoridade que constituía o critério dominante. A temporalidade só poderia ser a da enunciação: na ordem em que a fala se organizou, sem alteração das seqüências originais. A escrita veio propiciar a distância, o intervalo de tempo que a função crítica requer. Esta distância, este intervalo não existem no jornal televisivo 'ao vivo', em tempo real.

TEMPO PASSADO E HISTÓRIA

A inexistência ou impossibilidade de distanciamento tendem, igualmente, a comprometer a apreensão histórica do passado. Se, do Iluminismo em diante, o passado tem sido caracterizado antes pela descontinuidade que pela continuidade, aqui essa compressão do tempo no presente é fator que bloqueia a possibilida-

de de consciência histórica. Em conferência pronunciada em 1976 num congresso da American Association of Museums, em Milwaukee, René Dubos procurou refletir sobre os efeitos manifestados por adolescentes americanos, que dedicavam quase um terço de seu tempo total a ver televisão - inclusive os noticiários. No período selecionado, décadas de 50 a 70, tais jovens tinham tido a oportunidade de consumir, pela TV, imagens de 'eventos' que marcariam a História americana e internacional, em geral, na segunda metade deste século: o assassinato do Presidente Kennedy, os enfrentamentos com Cuba, diversos episódios da Guerra Fria, ou dos conflitos do Oriente Médio, o surgimento da OPEP e a crise dos combustíveis, os movimentos pelos direitos civis, etc. etc. Nada disso, entretanto, lhes havia minimamente aprofundado a apreensão da historicidade do mundo em que viviam. Sequer tinham percebido que estavam em curso transformações radicais, de alcance global. Sem análise crítica (que pressupõe tempos e temporalidades diversas, entre a imagem e o observador), que apreensão da historicidade, que consciência histórica pode germinar?

Esta idéia de que a coincidência e a simultaneidade são vias de acesso também ao passado tem tido voga cada vez maior naqueles campos institucionais de representação histórica, como o museu. Assim, o 'Living Museum', caudatário de uma 'Living History', promete a possibilidade de *observar* o passado por via de sua encenação. Se o modelo surgiu na Europa (de início, na Escandinávia, com os museus ao ar livre), onde os casos hoje se multiplicam, é nos Estados Unidos que se terão os modelos mais reproduzidos (MENESES, 1994: 33-7). Neles, ao lado de funcionários vestidos a caráter e que demonstram a fabricação ou o uso de artefatos e equipamentos, ou outras atividades da vida corrente (*third person interpreters*), há os guias que já não mais são guias, mas objetos de observação eles próprios (*first person interpreters*), que encarnam personagens históri-

cas, singularizadas ou anônimas, no cotidiano ou em eventos especificados.

Um prospecto do Museu de Timbertown, nas Austrália, cuja atenção se volta para uma comunidade de madeireiros do norte de New South Wales, faz promessas tentadoras, que convém examinar. Por isso, funcionará, aqui, como imagem-guia:

"Penetre no passado... e dê um passeio pela história da Austrália. Timbertown é uma aldeia inteira, recriada para demonstrar as lutas e os feitos de nossos pioneiros. Ele reflete o modo como viviam, o modo como trabalhavam, suas fadigas e habilidades. Não é um museu sem vida... Ele vive! É um assentamento vital e autêntico, onde corre o trem a vapor, a madeira ainda é serrada, a parrelha de bois ainda se arrasta com sua carga pesada, o carpinteiro transforma as toras de madeira em obras artísticas, a mercearia vende artigos de fabricação doméstica e pirulitos, em jarras de vidro... Ouça, também, os ruídos de outrora... o apito do trem, o mugido dos touros, o estríduo do ferro do ferreiro. E, quando se passa perto do velho hotel, pode-se ouvir o som de uma pianola ou uma peça folclórica australiana de verdade, o som feliz que atraía toda a população da aldeia para a taverna, para uma cantoria cordial... Timbertown..."³.

A supressão do tempo faz do passado uma substância em si, apreensível como um conjunto de fatos reais, providos de identidade própria reproduzível no presente. O conhecimento se concentra na observação, na captação sensorial exclusiva. A espetacularização da história termina por impedir sua historicização.

³ *Apud* BENNETT, Tony, **The birth of the museum**. London: Routledge, 1996: 158, com comentários críticos

TEMPO E MISÉRIA

A supressão do passado (sob o pretexto de torná-lo presente) corresponde a uma tendência geral de descarte do tempo - descarte da mercadoria, para acelerar a circulação do capital. Convém examinar esta nova dimensão redutora do tempo, tornado caleidoscópico e fragmentário: o efêmero. Efêmero, literalmente o que está na escala de um dia (*ephimerís*, em grego) aqui representa não só o que não deve passar de um dia, mas a impossibilidade da duração, a obsolescência programada, como efeito da aceleração, da velocidade.

Não posso deter-me, neste contexto, no problema da ideologia do novo e da irresponsabilidade social da substituição, que constitui mecanismo essencial, por exemplo, na produção de nosso espaço urbano, em que a autofagia paroxística resulta da desestabilização da relação entre o lote e a estrutura e entre a estrutura e sua função, enfraquecendo os referenciais dos habitantes e promovendo, desta forma sua alienação -- mas, sobretudo, reduzindo o espaço à mera condição de mercadoria, com perversas conseqüências.

Limite-me a apontar a vertente dominante na indústria cultural, de priorizar o transitório. Por abominar a memória longa, ela apresenta um caráter estruturalmente amnésico, como insiste José Jorge de Carvalho (1992: 32):

“É um elemento definidor dessa indústria (cultural) ser essencialmente amnésica: oferece a ilusão da possibilidade de participação total e instantânea entre produtor e consumidor (neste sentido, realizando tecnologicamente um dos ideais da cultura folk (...), mas sem a possibilidade de acumulação. Não enfatiza a dimensão hermenêutica, mas o puro impacto semiológico ou a pura vivência (...). Se quero resumir o que está por trás de toda essa promessa de felicidade da indústria do cultural (a moda, a TV, os brinquedos eletrônicos, os adornos plastificados, os fetiches do consumo industrial) é basicamente a experiência do transitório: ajuda as pessoas, uma

vida cada dia mais acelerada e cambiante, tal como é o caso na moderna urbe industrial, a se livrarem do peso e da responsabilidade da memória”.

O videoclipe, um dos produtos mais relevantes da eletrônica e da indústria cultural, parece reunir boas credenciais para figurar como imagem-guia da impossibilidade de memória e das sensações descartáveis.

TEMPO E CONSUMO

Jacques Le Goff (1980) demonstrou, num trabalho clássico, o progressivo domínio do tempo da Igreja, no final da Idade Média, pelo tempo do mercador. Se, de início, a usura fora considerada um escândalo, por explorar o tempo (um dom de Deus), a aceitação da atividade do mercador significava legitimar o que é basicamente uma operação com o tempo e o espaço (por exemplo, compra em lugares e momentos propícios, para venda em lugares ou momentos que tirassem o maior proveito dessas variáveis). Por sua vez, E.P. Thompson (1967), num artigo que também constitui referência obrigatória, acompanhou a progressiva desnaturalização e objetivação do tempo, sob os influxos da Revolução Industrial. A simples domesticação dos ritmos naturais (dia/noite), exigida pela continuidade necessária à produção industrial, não bastava como veículo de controle: a regularidade, a convergência e sincronicidade que a máquina requer e impõe fazem do tempo fator de unificação num mundo de segmentações progressivas. A disciplina do trabalho operário, por certo teria que ser controle do corpo do operário, quer dizer do tempo do ‘corpo operário’, introduzindo-se a nova ética da produtividade. Esta exterioridade do tempo é que permitirá sua transformação em mercadoria que se aluga, se vende, se compra. Daí a expressão “time is money”, que tão bem expressa o *ethos* do capitalismo.

No entanto, tal expressão encerra paradoxos e ambivalências, quando se atenta para

a emergência da sociedade de consumo. Assim, por exemplo, o fato de que, ao contrário do esperado, os saltos quantitativos da tecnologia e dos métodos de produção do capitalismo avançado não produziram mais tempo e mais dinheiro, que são a grande escassez da vida moderna. É de Gary Cross (1993), que estudou a relação tempo/dinheiro na construção da sociedade de consumo, que extraio a imagem-guia para esta seção. É a fala de uma mãe de família de Washington, há alguns anos atrás, ao dizer: “quando estava desempregada, não tinha dinheiro; agora, não tenho dinheiro, nem tenho tempo”. O que ocorreu? O que explica a escassez na prosperidade?

Cross mostra como sociedades industriais avançadas, nas décadas de 20 e 30 de nosso século, optaram pelo consumo, mais do que pelo tempo livre. Ainda que levando em conta complicadores como o *crack* da Bolsa de Nova Iorque, de 1929, a crise do desemprego, o *New Deal*, etc.etc., ele vê uma indução à criação de necessidades insaciáveis, que por sua vez obrigam a mais trabalho. O crescimento econômico, que parecia dever produzir tempo livre, ao invés, leva ao consumo, conforme a ética do trabalho/gasto (*work-and-spend*). Tentando evitar radicalismos de postura, sejam triunfalistas, na sua veneração ao livre mercado, sejam as jeremiadas que demonizam o consumo, Cross analisa as utopias da ‘sociedade cultural’, na procura do equilíbrio social, da desmilitarização, da eficiência econômica sem hegemonia econômica, no lazer e fruição do tempo livre sem hedonismo, na proposta de uma justiça redistributiva, com altos salários e escolha no uso do tempo livre. Ele vê o ideal americano da democracia na vida cotidiana, e não mais em macro-níveis políticos. Finalmente, procura encaminhar suas questões, menos em teorias de controle social das classes dominantes, que em abordagens antropológicas, nas quais o consumo se pressupõe como construção cultural. Por certo, muito do que diz Cross precisaria ser recalibrado - o que não cabe aqui. Limito-me a apontar como, nessa ótica, se o tempo, em nossa sociedade, está plenamente objetivado,

nem por isso deixou de ser problemática sua relação com o valor de uso, o valor de troca e, para utilizar a expressão privilegiada por Baudrillard, o valor-signo. (Aqui se teria uma base para discussão do tempo no lazer, problema que também escapa a nosso recorte).

TEMPO SUBJETIVO E DESTERRITORIZAÇÃO

A imagem-guia que selecionei me tem servido, em várias circunstâncias, para esclarecer a natureza e efeitos do “uso cultural” da cultura (MENESES: 1996). Trata-se de um cartum publicado há muito tempo numa revista francesa, provavelmente **Paris-Match**. No interior de uma catedral gótica, ambiente hierático, imerso numa penumbra cheia de dignidade e vida interior, encontra-se uma velhinha, ajoelhada diante do altar mor, concentrada em oração. Atrás dela, um semicírculo de turistas, todos eles japoneses (a cena se passa provavelmente em meados da década de 70, quando os japoneses invadem turística e economicamente a Europa). Do magote destaca-se um guia francês, que coloca a mão no ombro da anciã e lhe diz: - “Minha senhora, a senhora está perturbando a visitação”.

Não há dúvida de que a presença e a atitude da velhinha estavam perturbando os usos que então parecem predominar na catedral. De fato, ela estava perpetrando uma transgressão. Pois a igreja, outrora lugar de oração, de uma prática cultural existencial, havia-se transformado num ‘bem cultural’. E, com isso, ocorria uma brutal redução do enorme leque de fruição que, antes de ter seu ‘valor’ institucionalizado, a catedral permitia. A oração, e tudo aquilo que ela representava, só poderiam estar presentes como representação cultural, esquizofrenicamente circunscrita. Da contemplação, do recolhimento, da afetividade, da referência espacial que sinalizava um lugar, um modo de ser, uma trajetória no tempo e uma presença viva do passado,

em suma, do ponto de encontro e quadro de múltiplas formas de sociabilidade, ela se transformara num *monumento*, cuja legitimidade fundamental se perfaz na visibilidade, quando muito em informação. Todas as fruições possíveis estão assim reduzidas à mera fruição visual e a seu nível mais à superfície. Sem alegoria, pode-se aqui falar propriamente em *voyeurismo*, seja por esta pulsão escópica, como dizem os especialistas (para acentuar o oclocentrismo redutor), seja pela ausência de qualquer comprometimento que a experiência possa alimentar.

Das muitas implicações que este estado de coisas encerra, limito-me ao que é pertinente ao nosso problema-chave. A transformação das práticas culturais em representações culturais, em consequência de um processo de musealização (espetacularização) da vida, produz uma profunda desestruturação das dimensões de espaço e tempo em que se assenta o habitar.

O espaço do habitar é o espaço da habitualidade (termo da mesma família lexical). Habitar pressupõe, pois, repetição, reiteração, contigüidade. Doutra parte, habitar é apropriar-se de um espaço, torná-lo próprio, isto é, subjetivá-lo. Ora, o que ocorre na situação descrita? A velhinha é *habitante* do espaço e é nessa qualidade que ela frequenta a igreja (cf. o substantivo 'frequência'). A igreja faz parte do espaço que ela pratica, do espaço que circunscreve o que de importante, cotidianamente, caracteriza e qualifica sua existência. E o tempo dessa apropriação é subjetivado pelo ritmo individualizado que marca fundamentalmente o comportamento da velhinha. Ao contrário, os turistas têm um contacto espacial e temporalmente concentrado, espasmódico, com a catedral. Não são habitantes. São de outro espaço e a forma como praticam o espaço novo com que se defrontam, a partir já da impessoalidade do ritmo, não difere radicalmente do consumo de qualquer outra mercadoria. O mercado cultural, é sempre bom insistir, é, antes de mais nada, mercado.

Não cabe aqui procurar entender como se gerou este padrão de cultura-cãibra, nem

analisar seus mecanismos. Basta apontar que seu traço marcante, já assinalado, de concentração espasmódica, em espaços e tempos demarcados, daquilo que deveria qualificar a existência toda, os espaços todos e os tempos todos da existência, gera possibilidades profundas de alienação. A desterritorialização é a que nos interessa aqui. Se é o turismo dito "cultural" que está em causa, ou os deslocamentos profissionais, ou as imposições políticas, comerciais, familiares, etc.etc., pouco importa. O que importa é que nesse bojo da dessubjetivação do tempo também se produz a dessubjetivação do espaço.

"O homem contemporâneo é desterritorializado, ou seja, os invariáveis éticos e étnicos universais e originários --o sujeito, a língua, o inconsciente, o divino, a natureza, a cultura -- se dissolveram em universos e campos de força múltiplos e instáveis. Os grandes discursos e narrativas explicadores da condição do Homem em seus aspectos socioculturais não são mais capazes de justificar e legitimar o bem, o belo, a justiça e a verdade. Se a nova ordem mundial não é passível de legitimação, é, em parte, por culação cuja única lógica é a velocidade. Tudo circula. Tudo deve circular o mais rapidamente possível (lógica do desempenho): as músicas, os textos, as imagens, os slogans, os homens, as informações. No entanto, tudo parece estar no lugar, todas as diferenças se anulam, tudo se tornou intermutável, equivalente" (PARENTE, 1992: 52).

Este rápido exame de seis situações emblemáticas permite perceber o caráter altamente problemático das categorias de espaço e tempo em nossa sociedade, tomadas não como a *priori* kantianos, mas como categorias existenciais. Além disso, ressalta também que não são categorias naturais, mas *naturalizadas*. São históricas, historicamente produzidas e, portanto, historicamente transformáveis. São, enfim, produtos e vetores de poder e alimentam

estratégias de assimetria nas relações sociais. E os rumos que desejarmos impor às forças subjacentes a tal estado de coisas não podem ser pensados e atuados fora da dimensão política. Assim, ou nos empenharemos em participar criticamente de sua produção, transformação e controle, ou nos deixaremos anestésicamente engolfar - até mesmo por sedução (resistível) - a seu canto de sereia.

JAIRO QUEIROZ PACHECO

Professor do Depto. de História da UEL

Assim falou Goethe, a respeito dos acontecimentos de seu tempo: “Tenho a grande vantagem de ter nascido numa época em que os maiores eventos mundiais passavam à ordem do dia e continuavam durante a minha longa existência, de modo que fui testemunha viva da Guerra dos Sete Anos, depois da separação da América e da Inglaterra, em seguida da Revolução Francesa e, por fim, de toda a época napoleônica até a queda do herói e dos acontecimentos que se lhe seguiram.”

Não seria possível comparar o significado ou a relevância histórica dos acontecimentos, dos quais Goethe se orgulha de ter sido contemporâneo, com os acontecimentos dos nossos dias. Mas, imaginemos que um jovem aluno do curso de Ciências Sociais poderia, hoje, se dizer orgulhoso de ter vivenciado, num curto espaço de tempo – digamos nos seis últimos anos – acontecimentos que a humanidade jamais esquecerá. Este nosso personagem poderia citar o colapso do socialismo; as profundas alterações do mundo do trabalho e dos hábitos de lazer provocados pelas aplicações da teleinformática; o fim da guerra fria e o reordenação do mundo a partir do amadurecimento de um fenômeno ainda definido, de forma “tateante”, como globalização, dentre outras questões.

Meu objetivo, ao fazer a comparação, é o de procurar compreender um fenômeno contemporâneo que capturou a todos: o da aceleração do tempo histórico. Enquanto Goethe se refere a fatos ocorridos num intervalo de quase meio século, nosso hipotético aluno se depara com um intervalo temporal de apenas seis anos. Falar das questões do Tempo e da Modernidade seria, então, refletir sobre como aconteceu a referida aceleração e como este processo influenciou e influencia nossas vidas. Desenvolverei, inicialmente, algumas breves considerações a respeito de como a História lida com o conceito de tempo para depois analisar a relação proposta como tema da mesa, ou seja, Tempo e Modernidade.

Por muito tempo a história esteve presa à armadilha do evento. Ao se propor tão somente a relatar os acontecimentos e feitos que permitiriam compreender uma determinada sociedade, ela reduziu-se à condição de guardiã de uma infinidade de nomes, datas, batalhas, leis, enfim, de fatos que, ordenados cronologicamente, comporiam um tesouro guardado para o conhecimento e a reflexão *a posteriori*. Nessa perspectiva, a História enquanto acontecimento e enquanto ciência (se é que podemos utilizar este termo neste estágio de reflexão) se confundiriam. É bastante significativo que tenhamos um mesmo termo para designar tanto o Objeto do Conhecimento (a história enquanto a trajetória do homem ao longo do tempo) como a Ciência (a história enquanto disciplina teórica).

Abstenho-me de analisar as transformações trazidas pelo Iluminismo no final do século XVIII e durante o século XIX, quando a valorização da razão encontra seu ápice, e se constrói uma concepção burguesa de história, impregnada pela idéia de progresso. Vale lembrar também que tal concepção de História foi assimilada em grande parte por Marx, que lhe acrescentou a idéia de processo e de fim teleológico (revolução).

Mais recentemente, a *Nouvelle Histoire* destacou-se por propor e construir um nova vinculação da história com outras ciências do homem e, a partir daí, trabalhar com um novo

conceito de tempo histórico. Afastou-se, desta forma, tanto da concepção de história que se vinculava à narrativa dos grandes homens e dos fatos por ele produzidos, quanto da narrativa da construção da Nação a partir da idéia de progresso (concepção burguesa), como também das análises que valorizavam a compreensão da estrutura sócio-econômica, tendo a revolução como meta (concepção marxista). A Nova História passou a buscar, na percepção dos diferentes ritmos de tempo (ciclos de longa, média e curta duração) a abordagem de novas questões, até então relegadas pela disciplina: as transformações da noção de família e de múltiplas formas de sociabilidade; abordagem de questões ou temas como nação, religião, língua, dentre outros.

Para o que nos interessa neste momento, destaco a contribuição dos historiadores da Nova História no que diz respeito à multiplicidade de formas do homem se relacionar com o tempo. Como decorrência dessas reflexões, percebeu-se que o tempo não se apresenta como linear e único. Pelo contrário, múltiplo nos ritmos que impõe à vida, o tempo tende a ser tomado pelo observador a partir do aspecto com o qual se apresenta no presente (ou como se apresenta para a sua classe social) e, assim, de forma artificial e “imperialista”, seria generalizado para outros contextos e historicidades. Teríamos, então, um ciclo lento e de mudanças miúdas e cumulativas que marcariam, por exemplo, o mundo medieval, em contraste com um ritmo mais acelerado do período moderno, até chegarmos ao ritmo frenético dos dias atuais. Por outro lado, as diferentes instâncias da vida teriam também seus ritmos diferenciados. Na clássica definição de Braudel, teríamos a longa duração dos processos mentais e culturais, a média duração dos estruturais e a curta duração dos conjunturais, sendo o melhor exemplo desses últimos os acontecimentos do mundo econômico.

Outro exemplo que nos auxilia na compreensão dos diferentes ritmos do tempo é dado pelas diversas temporalidades vivenciadas, por exemplo, por um agricultor, por um

industrial ou por um comerciante. Ligados a mundos com atividades distintas, os homens de cada um desses setores tenderiam também a ver e sentir o mundo de forma diferenciada. Da mesma forma, as sociedades em que predominassem cada um desses conjuntos de atividades, tenderiam a lidar com noções diferenciadas de tempo.

Tempo e modernidade. Mas como tais questões poderiam nos auxiliar na reflexão sobre esse tema?

Começaria por constatar que um dos principais aspectos do fenômeno que denominamos globalização está na imposição de um ritmo frenético e homogêneo a diferentes sociedades ou diferentes formações sociais. Esse processo já havia sido diagnosticado por Marx e outros pensadores ainda no século XIX, como nos mostra Marshall Bermann em **Tudo o que é Sólido se Desmancha no Ar**. A novidade de nossa época é que a mudança se tornou a tônica da vida. Não apenas mudamos e nos revolucionamos rapidamente, temos um mundo onde o fato de não mudar, não ser contagiado pelo processo, torna-se quase impossível. Outrora, tais mudanças se deram na forma de organizar o trabalho e o lazer; de produzir e fazer circular bens e serviços. Na atualidade, tais mudanças se dão com maior ênfase também na forma de pensar, de ver e explicar o próprio mundo.

A noção de tempo assume então uma nova complexidade. Se tudo é efêmero e descartável, se o que surge será quase que imediatamente substituído, compromete-se, portanto, a compreensão dos processos e das coisas. A noção de valor, de importância, esvai-se junto com a existência dos objetos e das idéias. Redefine-se o conceito de consumo: antes de conseguir apropriar-se das potencialidades de um bem (ou idéia), vivencia-se a compulsão de substituí-lo por outro que o tornou obsoleto. Torna-se mais importante participar da ciranda daqueles que ininterruptamente apoderam-se de bens (ou idéias) para imediatamente descartá-los, do que ser consumidor no sentido estrito da palavra (aquele

que gasta, corrói ou absorve algo até a sua destruição).

Junto com este processo, a própria noção de memória se compromete. Nesse contexto de constante “descartabilidade”, ganha maior importância a preocupação com o que virá, com o que se constituirá no próximo objeto de consumo do que com o que existe ou com o que ficou para trás. O ritmo frenético não nos permite absorver e digerir o que vivemos. Se não conseguimos avaliar o quanto nos transformamos ao consumirmos e, portanto, ao incorporarmos (ao *sumirmos com*) a essência do objeto do nosso consumo (bens, idéias, valores, etc.), alienamo-nos do presente. Pouco espaço sobra para a reflexão a respeito da memória dos fatos ou processos que formaram o indivíduo ou as instituições existentes. Nesse contexto, o tempo se absolutiza num presente sempre efêmero, num futuro de marcos cada vez menores e mais estreitos e num passado cada vez mais opaco. Reflexos desse processo podem ser percebidos na repercussão da idéia de “fim da História”, no refluxo que grande número de movimentos sociais vivenciam no Mundo inteiro, no ocaso experimentado pelas utopias e valores éticos ou humanísticos.

Portanto, quem se dedica à análise de fenômenos contemporâneos teria dificuldade de explicar a questão temporal de nossa época a partir das categorias que se marcaram, por valorizar as distinções de percepção e vivência da temporalidade. Talvez possamos, no máximo, identificar diferentes formas de lidar com o processo de aceleração do ritmo da vida e de a ele resistir. Tal análise não poderia desconsiderar o fato de que as diferentes sociedades, classes ou culturas enfrentam, constantemente, o desafio de existirem num mundo que tende a homogeneizá-las, impondo-lhes um ritmo que compromete a própria sobrevivência.

Tempo e Moderna Idade. Tempo simplesmente. Tempo cada vez menor, feérico, espaço que se desmaterializa tragado por redes de dados e informações que circulam num ritmo alucinante. Tempo que se absolutiza,

que, de éter que envolvia fatos, homens e coisas, torna-se rio, correnteza que a tudo arrasta e impõe seu ritmo ao que traga.

As palavras acima dão-lhes a impressão de excessivo pessimismo ou perplexidade? Ou de que poderiam ter sido pronunciadas tanto por um carcomido cidadão romano ao ver o Império desabar, ou por um cardeal católico frente à propagação das heresias de Lutero ou, ainda, por um empertigado inglês frente à vitória do esquelético e maltrapilho Gandhi? A mim também. Como fugir então ao tom apocalíptico?

Talvez lembrando as possibilidades de superação dos limites e desvantagens que o processo encerra em si mesmo. Se tudo é passível de modificar-se, por que não poderia também acontecer mudanças no conteúdo do processo? Se nossas velhas certezas não convencem a outros ou a nós mesmos, por que não poderíamos (re)criá-las? Como recriá-las, e com que conteúdo, talvez diga respeito a um processo de, pelo menos, média duração. Mas esse é um tema para outra(s) mesa(s).

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- BENNETT, Tony, **The birth of the museum**. London: Routledge, 1995.
- BERMAN, Marshall, **Tudo que é sólido desmancha no ar**: (Tradução brasileira) São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOORSTIN, Daniel J., **The image**. A guide to pseudo-events in America. New York: Vintage Books, 1992.
- CARVALHO, José Jorge de. O lugar da cultura tradicional na sociedade moderna. In: **Seminários de folclore**. Rio. IBPC, 1992, p. 23-38.
- CROSS, Gary. **Time and money**. The making of consumer culture. London: Routledge, 1993.
- FEATHSTONE, Mike, **Cultura de consumo e pós-modernismo**. (Tradução brasileira) São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FERGUSON, Marjorie. Electronic media and the redefining of time and space. In: FERGUSON, Marjorie (ed.), **Public communication**. The new imperatives. Future directions for media research. London: Sage, 1990, p. 152-172.
- FRIEDLAND, Roger & BODEN, Deirdre (eds.), **Nowhere**. Space, time and modernity. Berkeley: University of California Press, 1994.
- GIDDENS, Anthony, **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1992.
- JAMESON, Frederic, **Postmodernism**. On the culturalization of late capitalism. London: Verso, 1991.
- HARVEY, David, **Condição pós-moderna**. Rio: Edições Loyola, 1992.
- LE GOFF, Jacques, Na Idade Média: tempo da Igreja e tempo do mercador. In: **Para um novo conceito de Idade Média**. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1980, p. 43-73.
- LOWE, Donald, **History of the bourgeois perception**. Brighton, The Harvester Pess, 1982.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de, Do Teatro da Memória ao Laboratório da História. A exposição histórica e o conhecimento histórico, **Anais do Museu Paulista**. História e cultura material. São Paulo, n. sér., 1 (1): 5-42; 75-84, 1994.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os 'usos culturais' da cultura. In: YÁZAGI, Eduardo *et alii* (eds.), **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 88-99.
- PARENTE, André, Civilização da imagem ou civilização do clichê?, **ECO/UFRJ**, Rio, 1, 1992.
- NEIVA, Eduardo, Imagem, História e Semiótica, **Anais do Museu Paulista**. História e cultura material, n.sér.,1 (1): 11-30, 1993.
- THOMPSON, E. P. Time, work-discipline and industrial capitalism, **Past and present**, London, 37: 56-97, 1967.
- VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1996.